

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Graduação em Gestão Pública
Para o Desenvolvimento Econômico e Social

ANDRESSA ARAGÃO BACELAR SANTOS

**FINANCIAMENTO HÍBRIDO E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS:
PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIAS
BRASILEIRAS**

Rio de Janeiro
2023

ANDRESSA ARAGÃO BACELAR SANTOS

FINANCIAMENTO HÍBRIDO E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS

**perspectivas para o desenvolvimento
e experiências brasileiras**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Alberto de Oliveira

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

237f Santos , Andressa Aragão Bacelar
Financiamento híbrido e o papel dos bancos
públicos: perspectivas para o desenvolvimento e
experiências brasileiras / Andressa Aragão Bacelar
Santos . -- Rio de Janeiro, 2023.
33 f.

Orientador: Alberto de Oliveira .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2023.

1. Financiamento híbrido . 2. Bancos públicos .
3. Edital BNDES. I. de Oliveira , Alberto , orient.
II. Título.


ANDRESSA ARAGÃO BACELAR SANTOS

Financiamento Híbrido e o Papel dos Bancos Públicos: Perspectivas para o desenvolvimento e experiências brasileiras

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.


Apresentado em: 21/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ALBERTO DE OLIVEIRA
Data: 21/11/2023 17:16:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alberto de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 PAULO RICARDO DA COSTA REIS
Data: 21/11/2023 17:43:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paulo Ricardo da Costa Reis

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

RESUMO

Grande parte dos líderes mundiais estão em busca, do momento, de frear as consequências das mudanças climáticas. Devido a isso, foram criados vários acordos como por exemplo o Acordo de Paris e Agenda 2030, que estipulam metas e objetivos socioambientais que os países precisam seguir. Porém, para que seja colocado em prática todas essas metas e objetivos estipulados é necessário que haja um financiamento por trás. Esse financiamento tem dois grandes atores, os bancos públicos e o financiamento híbrido, que foi colocado como um dos meios para financiar dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), que fazem parte da Agenda 2030. Os bancos públicos desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país, devido a sua missão ser centrada no interesse público e com isso seus objetivos que vão além do lucro. Como o financiamento de projetos de infraestrutura, habitação popular, educação e saúde. Já o financiamento híbrido combina recursos públicos, filantrópicos e privados para financiar projetos e iniciativas socioambientais. A combinação de bancos públicos e financiamento híbrido desempenha um papel sinérgico no desenvolvimento sustentável. Os bancos públicos podem atuar como catalisadores, fornecendo financiamento inicial e assumindo riscos que o setor privado pode hesitar em assumir. O financiamento híbrido permite que projetos de grande escala e impacto se concretizem, reunindo investidores privados. No Brasil, o primeiro edital para a utilização da estrutura do financiamento híbrido para projetos socioambientais, foi realizado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2022.

Palavra-chave: Bancos públicos, financiamento híbrido, Edital BNDES2022.

ABSTRACT

Most world leaders are seeking, at the moment, to curb the consequences of climate change. Because of this, several agreements have been created, such as the Paris Agreement and the 2030 Agenda, that stipulate socio-environmental goals and objectives that countries need to follow. However, in order to put into practice all these stipulated goals and objectives, there needs to be funding behind it. This financing has two major players, public banks and blended finance, which was placed as one of the means to finance the sustainable development goals (SDG) which are part of the 2030 Agenda. Public banks play a crucial role in the economic and social development of a country, because its mission is centered on the public interest and with its objectives that go beyond profit, such as the financing of infrastructure, affordable housing, education and health projects. Blended finance, on the other hand, combines public, philanthropic and private resources to finance projects and initiatives. The combination of public banks and blended finance plays a synergistic role in sustainable development. Public banks can act as catalysts, providing seed funding and taking risks that the private sector may be hesitant to take. Blended finance allows large-scale, high-impact projects to come to fruition by bringing together private investors. In Brazil, the first proposals for the use of the blended finance structure for social-environmental projects was carried out through the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), in 2022.

Keywords: Public banks, blended finance, BNDES 2022 notice.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ESTADO, BANCOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.	9
3	FINANCIAMENTO HÍBRIDO: INSTRUMENTOS E BENEFÍCIOS PARA.....	
	ALNCANÇAR ODESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
4	O FINANCIAMENTO HÍBRIDO NO BRASIL	22
4.1	O papel do BNDES no modelo de financiamento híbrido	27
5	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Os bancos públicos desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país. Eles são instituições financeiras de propriedade estatal, fundamentais no fornecimento de serviços bancários e financeiros a setores-chave da economia que podem não ser atendidos de forma adequada pelo setor privado. Além disso, os bancos públicos têm uma missão voltada para o interesse público e, portanto, muitas vezes se concentram em objetivos que vão além do lucro, como o financiamento de projetos de infraestrutura, habitação popular, educação e saúde.

A abordagem financeira híbrida é outra ferramenta importante no desenvolvimento econômico. Isso envolve a combinação de recursos públicos e privados para financiar projetos e iniciativas que tenham um impacto significativo na economia. Esse tipo de financiamento é especialmente relevante em um contexto em que os recursos públicos podem ser limitados, e a colaboração com o setor privado se torna essencial para mobilizar capital adicional.

No Brasil, embora a utilização de estruturas, como o financiamento híbrido, ainda esteja em estágios iniciais, há um contexto favorável para promovê-las. Existe uma convergência de interesses entre os atores que buscam investimentos com sólidos critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) e a crescente necessidade de direcionar recursos para iniciativas que tenham um impacto socioambiental positivo, contribuindo assim para o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

A combinação de bancos públicos e financiamento híbrido desempenha um papel sinérgico no desenvolvimento sustentável. Os bancos públicos podem atuar como catalisadores, fornecendo financiamento inicial e assumindo riscos que o setor privado pode hesitar em assumir. Ao mesmo tempo, o financiamento híbrido permite que projetos de grande escala e impacto se concretizem, reunindo investidores privados com recursos substanciais.

Essa abordagem colaborativa dos bancos públicos com o capital privado é particularmente relevante para projetos de infraestrutura, inovação tecnológica,

energias renováveis e desenvolvimento sustentável, áreas em que o capital privado pode ser atraído por oportunidades de lucro, mas onde o apoio público é fundamental para mitigar riscos e criar um ambiente propício ao desenvolvimento.

Marco Gorini, sócio da Din4mo e do BlendLab apresenta o blended finance como “... uma caixa de ferramentas útil para gerar soluções sobre como financiar a Agenda 2030. É a utilização de capital catalítico, público e/ou privado, para tornar um projeto bankable e elevar as suas condições de atratividade na mobilização do capital privado comercial, com o objetivo de alavancar o impacto socioambiental positivo.” (BNDES, 2021).

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar a experiência do Edital do BNDES de blended finance, que está entre os pioneiros no uso dessa ferramenta de financiamento no Brasil. Além de apresentar os princípios teóricos que sustentam o modelo de financiamento baseado no financiamento híbrido e suas aplicações no caso brasileiro. Em termos metodológicos, a discussão será realizada a partir do ponto de vista das agências multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE —; as Nações Unidas; e o Banco Mundial. Em outras palavras, os limites e potencialidades desse instrumento de financiamento serão analisados sob a ótica de seus principais financiadores.

Este trabalho está organizado em 3 partes, além desta introdução. A primeira apresenta a importância da atuação do Estado e dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico. A segunda seção apresenta o conceito e os instrumentos utilizados pelo financiamento híbrido para alcançar o desenvolvimento sustentável. A seção seguinte retrata a atuação do BNDES no desenvolvimento brasileiro e a experiência brasileira com o edital lançado pelo BNDES de financiamento híbrido em 2022. As conclusões são apresentadas ao final do texto.

2 ESTADO, BANCOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O renascimento do pensamento liberal, a partir dos anos 1980, alcançou diferentes quadrantes da política pública. A adoção de políticas de austeridade fiscal foi acompanhada pela privatização de empresas públicas, seja nos países centrais, seja nas economias periféricas. As instituições financeiras públicas não escaparam

desse movimento, embora os bancos públicos, especialmente os bancos de desenvolvimento, venham desempenhando, desde o início do século XX, papel fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. (MENDONÇA, DEOS, 2017).

Com a crise de 2008, as instituições financeiras privadas enfrentam dificuldades na maioria dos países, o que contribuiu para a retomada do debate acerca dos bancos públicos. Por um lado, a capitalização (com recursos públicos) de instituições financeiras privadas, nos Estados Unidos e no Reino Unido, destacou-se na agenda de discussões. Por outro lado, a forma como as instituições financeiras públicas no Brasil, na Alemanha e na China vêm intervindo para minimizar as consequências da crise tem chamado a atenção para a importância dessas instituições (MENDONÇA, DEOS, 2017).

Mazzucato (2014) traz que o “papel do Estado não se limita à criação de conhecimento por meio de universidades e laboratórios nacionais, mas envolve também a mobilização de recursos que permitam a difusão do conhecimento e da inovação por todos os setores da economia”. Nesse debate se coloca o Estado como um instrumento para estimular a demanda. Em vez disso, a autora desenha um país (ou economia) focado, proativo, empreendedor, que assume riscos e é capaz de construir sistemas claros que aproveitem os pontos fortes do setor privado. Agindo como investidores catalisadores, o Estado pode dinamizar redes inteiras para agir e difundir conhecimento. Além disso, o Estado pode atuar como criador de uma economia e não como mero facilitador.

A proteção das empresas pelo Estado não é uma “nova” política. Como explicam Block e Keller (2011, p. 95), as diretrizes nacionais da indústria são, em princípio, “escondidas” para evitar reações da direita conservadora. Há inúmeras evidências de que os Estados desempenharam um papel importante na história da indústria da informática; da Internet; das indústrias farmacêutica e de biotecnologia; e da nanotecnologia e tecnologias verdes. Em todos estes casos, o Estado ousou pensar no “impossível”, ou seja, na criação de novas possibilidades tecnológicas. São feitos investimentos iniciais, grandes e básicos, criando uma rede descentralizada para ajudar a conduzir pesquisas arriscadas.

Embora no campo da ortodoxia econômica as posições pró-mercado sejam dominantes, a proposição da existência de falhas de mercado de Stiglitz reconhece a importância do papel desempenhado pelo Estado (Greenwald-Stiglitz, 1986). Desta perspectiva, o fato de os mercados serem “imperfeitos” é entendido como excepcional, o que significa que o Estado pode desempenhar um papel mais limitado. Pode haver várias razões para a imperfeição: as empresas privadas mostram-se relutantes em investir em determinadas áreas, como a investigação básica, pois não podem ser lucrativas, já que os resultados são “bens públicos” disponíveis para todas as empresas; as empresas privadas definem os preços sem incluir o custo da poluição que causam (a poluição é uma externalidade negativa); ou certos investimentos são demasiado arriscados para serem suportados por uma única empresa (resultando num mercado incompleto). Dadas estas várias formas de falhas de mercado, exemplos do papel esperado do Estado incluem a investigação básica financiada por fontes públicas, impostos sobre empresas poluidoras e financiamento público de projetos de infraestruturas.

Este argumento, embora útil, não explica o papel estratégico “visionário” que os governos desempenham na realização destes investimentos. A utilização da Internet e o surgimento da indústria da nanotecnologia não aconteceram porque o setor privado queria algo, ainda que não tivesse recurso para investir, mas por causa da visão que o governo teve sobre uma área na qual o setor privado não havia sido pioneiro. Mesmo depois de o governo ter introduzido esta nova tecnologia, o setor privado continuava relutante em investir, de modo que foram necessários anos e muitos recursos públicos para que os capitalistas de risco financiassem empresas de biotecnologia, nanotecnologia, Internet, etc.

Nestes casos, é o Estado que se revela o “espírito animal” mais agressivo. Existem vários contraexemplos que podem ser usados para descrever o Estado como algo longe de ser um poder “comercial”, afinal, o papel do governo não é apenas desenvolver novas tecnologias e apoiar novas indústrias. No entanto, reconhecer os contextos que desempenham um papel empreendedor pode formar políticas baseadas no pressuposto de que o papel do Estado é resolver as falhas do mercado ou promover a inovação no setor privado.

Com investimentos em fase inicial no desenvolvimento tecnológico e a capacidade de participar melhor no mundo de artigos incertos, o setor público pode realmente criar produtos e mercados relacionados. O papel do governo é assumir riscos cada vez mais ousados e mais prospectivos, em vez de simplesmente preveni-los para que outros possam se beneficiar. O elevado risco e a aleatoriedade do processo de inovação são algumas das principais razões pelas quais as empresas que procuram maximizar os lucros investem menos em investigação básica. A pesquisa aplicada pode levar a retornos maiores e mais imediatos. O investimento na investigação básica é um exemplo clássico de “falha de mercado”. O mercado por si só não é suficiente para produzir investigação básica, com isso, é necessário que haja uma intervenção governamental. Nesse contexto, a atuação dos bancos públicos desempenha um papel fundamental. Bancos públicos podem fornecer financiamento de longo prazo e recursos necessários para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento, estimulando a inovação em setores-chave.

Na arquitetura institucional do Estado, os bancos públicos são relevantes, pois por meio deles os governos podem estimular o direcionamento do capital privado para os setores e atividades considerados prioritários. Segundo Deos e Mendonça (2010, p.59), “a presença direta do Estado na propriedade de instituições financeiras o capacita a captar recursos e direcioná-los a projetos de interesse, tais como projetos estratégicos de longo prazo, o que pode minimizar as falhas que dificultam o funcionamento do mercado de capital privado”. Desta forma, projetos interessantes do ponto de vista socioambiental, que não se mostram atrativos para o capital privado, ou mesmo projetos grandes para o montante de capital privado disponível podem ser financiados.

Além disso, pode-se destacar a importância da atuação dos bancos públicos no contexto atual de mobilização e direcionamento de recursos e fluxos financeiros em uma escala que atenda aos desafios do desenvolvimento sustentável. Na tentativa da criação de um financiamento mais eficiente e acessível para o desenvolvimento brasileiro, em 1969, foi criada a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que realiza e promove estudos e cursos. Em um de seus levantamentos a Associação apontou que os bancos públicos e regionais estão realizando empréstimos voltados a atender os ODS (Relatório da ABDE,2023).

Com isso, em 2022, a Associação lançou o Plano ABDE que visa definir estratégias e impulsionar ações para melhorar o desempenho de suas filiadas no financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil. Também fornece cinco missões norteadoras para a implementação das atividades do Sistema Nacional de Fomento para cumprir a Agenda 2030. Este fortalecimento tem como objetivo contribuir para que as instituições explorem seus potenciais e alavanquem projetos sustentáveis no Brasil (ABDE,2022).

Segundo estimativas da Metodologia ABDE–PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de Alinhamento do SNF aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Sistema Nacional de Fomento investiu R\$652,5 bilhões nos ODS, entre 2020 e 2022. Este valor tem crescido ano a ano, passando de R\$186,5 bilhões em 2020 para R\$196,6 bilhões em 2021, e chegando a R\$269,2 bilhões em 2022. Esses volumes de transações aumentaram mais de 44% em dois anos, quando comparado a 2020. Grande parte desse crescimento está concentrado em 2022 (Relatório da ABDE,2023).

“Na análise por ODS, estimou-se que os Objetivos que mais receberam recursos do SNF foram o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), com R\$134,6 bilhões, ou 21% do total; seguido pelos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), com R\$124,1 bilhões (19%); e o ODS 8 (Crescimento Econômico), com R\$117,2 bilhões, equivalente a 18% do total. Juntos, portanto, esses três ODS concentram 58% do total de desembolsos. Além desses, o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades) receberam também desembolsos relevantes no período, com estes três ODS somando outros 26% do total. Entre os ODS que receberam os menores desembolsos, destacam-se os ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Cabe ressaltar que a metodologia é capaz de captar as contribuições no ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), notavelmente um ODS de difícil mensuração nas instituições do sistema financeiro...” (Relatório da ABDE,2023, p.35).

O desenvolvimento e implementação sem precedentes da abordagem ABDE-PNUD para Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos ODS, em consonância com o Plano ABDE 2030 e o objetivo do PNUD de apoiar a expansão de recursos

para a Agenda 2030, são um passo importante para a promoção dos ODS no Brasil. Além de aumentar a visibilidade, transparência, monitoramento e reporte das ações do SNF para a sociedade como um todo, uma ferramenta útil para cada agente do setor, permitindo-lhes discutir como expressar sua estratégia e missão de forma consciente em suas políticas de financiamento e produtos financeiros, expandindo, assim, sua influência no país (Relatório da ABDE, 2023).

Desse modo, fica evidente a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do país. Sendo eles responsáveis pelo investimento de alto risco, a exemplo da inovação e tecnologia; pelo direcionamento do capital privado aos setores necessários; e também, destacadamente, pelo investimento em sustentabilidade e causas sociais.

3 FINANCIAMENTO HÍBRIDO: INSTRUMENTOS E BENEFÍCIOS PARA ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação com os efeitos das mudanças climáticas é uma pauta que está presente como prioridade para a maioria dos líderes globais, com isso as Nações Unidas (2015) lançaram uma nova proposta de desenvolvimento global sustentável, que ficou conhecida como Agenda 2030. Foram estabelecidos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), dentre eles a erradicação da pobreza e a criação de cidades e comunidades sustentáveis. Porém, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seriam necessários 2,5 trilhões de dólares em investimentos para o cumprimento dos ODS. A OCDE entende que os recursos públicos são insuficientes para atender às necessidades de investimento das ODS, daí a necessidade da utilização do investimento privado. Portanto, mobilização desses recursos financeiros requer mecanismos para equacionar os riscos, de forma a encorajar os investimentos de impacto (OCDE, 2016).

Nesse caso, é possível ser feita uma reflexão de prioridades na alocação do dinheiro, uma vez que, em 2008 na tentativa de recuperação da crise financeira países como “A Alemanha aprova um pacote no valor de 500 bilhões de euros (US\$ 683 bilhões), a França se compromete com 350 bilhões de euros (US\$ 500 bilhões) e a Espanha aloca 100 bilhões de euros (US\$ 143 bilhões).” Ou, seja, valores muito maiores do que os necessários para o cumprimento dos ODS, porém, tendo em vista a dificuldade de financiamento voltado para causas socioambientais devido ao risco e retorno, foi levantado mecanismos que pudessem deixar esse tipo de investimento mais atrativo (BBC, 2009).

Na tentativa de encontrar mecanismos para deixar os investimentos necessários para alcançar as ODS mais atrativos, em 2015, ocorreu o encontro das Nações Unidas, em Adis Abeba, Etiópia, para discutir os mecanismos de financiamento para os investimentos necessários para alcançar as ODS, mitigar os efeitos derivados das mudanças climáticas e reduzir as desigualdades sociais e espaciais. Os delegados e pesquisadores reunidos em Adis Abeba defenderam que as soluções passam pela cooperação de entidades privadas, entidades governamentais e fundações filantrópicas. Tal arranjo financeiro ficou conhecido como

“Financiamento Híbrido” ou blended finance (Nações Unidas, 2015). O financiamento híbrido, portanto, seria o instrumento utilizado para estimular o direcionamento de capitais privados para investimentos geradores de impacto social e ambiental. Ou seja, investimentos que resultem em benefícios para a redução das desigualdades sociais, preservação ambiental e mitigação dos efeitos advindos das mudanças climáticas.

De acordo com Responovesk (2018), o investimento para impacto visa juntar os fundos filantrópicos com os investidores interessados na geração de impactos socioeconômicos positivos duradouros, por meio de suas intervenções. O objetivo é estabelecer uma conexão contínua de capital, ou seja, reunir diversos tipos de capital: humano, intelectual e financeiro, alinhando suas expectativas de impacto, retorno e risco. Em suma, para viabilizar o investimento de impacto, torna-se necessário desenhar instrumentos financeiros capazes de ajustar as expectativas de diferentes agentes econômicos, daí emerge a ideia de financiamento híbrido.

Existem inúmeras definições de financiamento híbrido (UNDESA, 2015). Trata-se de um desafio conceituar essa modalidade de financiamento, visto ser possível encontrar ações semelhantes com definições diferentes. Em entidades como ONU e OCDE ainda não estabeleceram uma definição comum, portanto, não existe uma metodologia que possa servir como uma base consistente e comparável para a montagem de relatórios de transparência e para formulação de políticas eficazes.

Apesar das múltiplas definições, existem duas ideias que ganham força no discurso do financiamento para o desenvolvimento. A primeira, construída pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE), possui um escopo mais amplo em comparação ao adotado pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDB), Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI) e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A definição utilizada pela OCDE coloca o financiamento híbrido como uma estratégia do financiamento de desenvolvimento para mobilizar o financiamento adicional para os ODS nos países em desenvolvimento (OCDE, 2018). Assim, o financiamento híbrido não inclui apenas o Financiamento Oficial para o Desenvolvimento (ODF), a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ADO) e os Outros

Fluxos Oficiais (OOF), mas, também, os financiamentos privados que são direcionados para o desenvolvimento, como o financiamento filantrópico.

A estrutura do financiamento híbrido, para a OCDE, consiste em três principais características: alavancagem; impacto; e retorno financeiro. A alavancagem visa a atração de capital privado para combinar com os recursos disponibilizados pelo setor público e por entidades filantrópicas. O impacto, como a palavra sugere, visa direcionar recursos para projetos que tragam retorno ambiental, social ou de desenvolvimento econômico sustentável. Finalmente, o retorno financeiro visa atender às expectativas do mercado, de modo que sirva como contrapartida para a atração do capital privado, de forma que interesses particulares possam ser atingidos em favor de investimentos para o desenvolvimento global (OCDE, 2018).

Já os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDB) são as instituições financeiras públicas estabelecidas e mantidas por meio de contribuições (fundos do mercado financeiro, dotações, etc.) dos países membros. Possuem como principal função financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos países clientes (Brasil, 2023). Essas instituições utilizam a definição de financiamento híbrido, alinhada à definição da ONU, durante a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que estabelece o financiamento híbrido como sendo a combinação do financiamento público convencional com o privado não convencional e a experiência do setor público privado (UNDESA, 2015).

A viabilidade do modelo de financiamento híbrido depende da articulação de quatro categorias de instituições: instituições públicas; fundações filantrópicas; capital privado; e as empresas avaliadoras. A função dos bancos públicos é fornecer recursos financeiros, bem como garantias e apoio regulatório, além de reduzir os custos de empréstimos, uma vez que as instituições públicas podem ter acesso a taxas de juros mais favoráveis do que os investidores privados, tornando os projetos mais atraentes para o setor privado. O papel das instituições filantrópicas é prover suporte técnico e financeiro aos projetos. Usualmente, essas fundações filantrópicas atuam em áreas ou serviços específicos, de acordo com os princípios ou objetivos que levaram à constituição da instituição. O papel do capital privado é alavancar os investimentos

apoiados pelo setor público ou fundações filantrópicas. Contudo, aliam objetivos sociais e ambientais com relações atraentes de risco e retorno.

As empresas avaliadoras são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos projetos beneficiados pelos financiamentos. Elas devem fornecer análises imparciais sobre a viabilidade, os riscos e os retornos dos projetos, de forma a orientar as decisões dos investidores. Nas empresas avaliadoras destacam-se os seguintes aspectos: análise de viabilidade; avaliação de riscos; credibilidade e confiança; comparação e seleção de projetos; e transparência e prestação de contas.

Existe um outro tipo de empresa que pode facilitar a escolha de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável: as empresas certificadoras, como por exemplo o sistema B Brasil. Isso porque elas garantem que aquele projeto ou empreendimento atenda aos objetivos sustentáveis.

Após os projetos serem analisados e aprovados pelas empresas avaliadoras, eles são encaminhados à próxima etapa, que faz a transação dos recursos disponibilizados, os quais podem ser feitos por meio de alguns instrumentos, variáveis conforme o projeto e seus objetivos. De acordo com a OCDE (2018), os principais instrumentos de suporte para os projetos são:

Doações: ou seja, transferências de recursos financeiros ou ativos sem a exigência de reembolso. No caso do financiamento híbrido, a doação pode ser oferecida por uma organização, governo ou instituição na intenção de apoiar um projeto específico. Geralmente, é necessário que o beneficiário atenda a certos critérios e faça uma demonstração para ter certeza de que o projeto está alinhado com os objetivos da organização doadora.

Empréstimos não-reembolsáveis: é um tipo específico de acordo em que o empréstimo é convertido em doação se determinadas condições forem cumpridas. Essas condições podem estar relacionadas a várias etapas, como exemplo o desempenho do projeto, ao alcance de metas específicas ou ao impacto social gerado;

Garantias para empréstimos: visa fornecer segurança aos credores e investidores, provida de instituição pública ou filantrópica, que se compromete a honrar

o pagamento do empréstimo contraído pelo projeto beneficiado, em caso de inadimplência.

Estruturação do financiamento com "primeiras perdas": trata-se de alocação de recursos por entidades públicas ou filantrópicas com o objetivo de proteger os investidores contra os riscos dos projetos. Essas instituições assumem as "primeiras perdas" do projeto, ou seja, estão dispostas a correr mais riscos, de modo reduzir os riscos assumidos pelos demais investidores, na expectativa de atrair capitais privados para os projetos beneficiados.

Investimentos diretos (equity): é uma forma de financiamento onde os investidores adquirem participação acionária em um projeto ou empresa em troca de capital;

Assistência técnica: é o suporte especializado e orientação fornecida aos beneficiários de projetos, essa assistência visa fortalecer a capacidade dos beneficiários e garantir a implementação eficaz e sustentável dos projetos, garantindo assim o sucesso do mesmo.

Após o recurso ser repassado, independente do instrumento utilizado, fica sob responsabilidade das empresas avaliadoras o acompanhamento da execução e da transparência dos projetos selecionados.

Apesar de haver toda uma estrutura para a mobilização e repasse das verbas para os projetos de impacto utilizando o financiamento híbrido, uma pesquisa realizada por Attridge e Engen (2019) indica que a alavancagem real nos países é muito baixa, em média, para cada US\$ 1 investido em recursos do MDB (Multilateral Development Bank; Banco Multilateral de Desenvolvimento) e DFI (Instituição Financeira de Desenvolvimento), apenas US\$ 0,37 de financiamento privado é mobilizado em LICs (low-incomes; países de baixa renda). A alavancagem é geralmente baixa em todos os setores, ligeiramente maior no setor social e menor em países de baixa renda.

Essa baixa alavancagem pode se dar por diversos fatores, como os levantados pela empresa de networking global, a Convergence, em que existem as barreiras apontadas pelos investidores, sendo elas: "(I) alto risco percebido e real e (II) baixo

retorno percebido para o risco como barreiras ao investimento em países em desenvolvimento.” (Convergence, 2018).

Para ultrapassar essas barreiras se fazem necessárias algumas mudanças em relação aos formuladores de políticas: é necessário que se entenda onde e como usar uma abordagem de financiamento híbrido. Fazer a utilização de três tendências: a limitação do financiamento privado, a centralização em países com renda mais alta e a dificuldade de mobilização dos fundos destacam o risco de que um impulso tão forte para a integração possa afastar a ODA dos países de baixa renda e o investimento em saúde, educação e proteção social necessários para acabar com a pobreza extrema, (UNDESA,2015).

Em primeiro lugar, embora a quantidade de financiamento privado esteja crescendo a cada ano, esses montantes são muito limitados em comparação às necessidades. A lacuna de financiamento é estimada para os ODS. As melhores estimativas de financiamento privado mobilizado em países de baixa e média renda por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento e combinações de doadores variam de US\$ 3,3 bilhões por ano (DFI Working Group, 2018) a US\$ 27 bilhões (Benn et al., 2017). Se usarmos os dados mais recentes sobre a mobilização direta e indireta total, esse número sobe para US\$59,4 bilhões (Banco Mundial, 2018).

Em segundo lugar, o financiamento privado mobilizado está concentrado em países de renda média e raramente em países de baixa renda. As melhores estimativas de financiamento privado mobilizado por bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento e doadores em países de baixa renda parecem variar de US\$725 milhões (Benn et al., 2017) a US\$1,6 bilhão por ano (Banco Mundial, 2018). Se considerarmos a mobilização total direta e indireta recentemente informada pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (ibid.), o limite superior da faixa sobe para US\$ 5,3 bilhões.

Em terceiro lugar, o financiamento híbrido mobiliza principalmente fundos privados em setores econômicos "difíceis", para os quais flui bem pouco dinheiro. No Brasil, uma das instituições responsáveis pela mobilização, mitigação de riscos e

melhoria é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Apesar de todas as vantagens ligadas ao financiamento híbrido, ainda existem alguns limites para a sua aplicação, a exemplo da falta de uma legislação específica. O fato de serem utilizadas fontes de recursos diversas, que podem apresentar tipos de regras e requisitos divergentes, cria uma incerteza e dificulta a conformidade para organizações e projetos que pretendam utilizar esta abordagem. No Brasil não é diferente, apesar do país apresentar um grande potencial nos projetos de impactos socioambientais, a implantação de mecanismos como o financiamento híbrido apresenta algumas resistências de penetração no país, tendo sido realizadas até o momento apenas uma chamada pública, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no ano de 2021.

4 O FINANCIAMENTO HÍBRIDO NO BRASIL

No Brasil, existem empresas e fundos privados que atuam com o financiamento híbrido. Geralmente, essas instituições buscam uma combinação de capital próprio (equity) e capital de terceiros (dívida) para financiar suas operações ou projetos. Isso pode envolver uma variedade de estruturas de financiamento, dependendo das necessidades e objetivos específicos da empresa ou do fundo.

Os fundos de investimento são um veículo de investimento coletivo, em que o dinheiro de vários investidores é combinado e gerenciado por uma empresa de gestão de ativos. Essa empresa compra uma variedade de ativos, como ações, títulos, imóveis ou outros ativos financeiros, de acordo com a estratégia de investimento do fundo. Os investidores recebem cotas do fundo proporcionais ao valor que investiram e, assim, compartilham os ganhos e perdas do fundo.

Porém existe uma subdivisão: os chamados fundos de impacto, veículos de investimento que possuem o objetivo de gerar retornos financeiros ao mesmo tempo em que buscam alcançar objetivos sociais ou ambientais específicos. Eles funcionam de maneira semelhante a outros fundos de investimento privados, mas têm um foco adicional no impacto positivo que seus investimentos podem gerar.

Segundo a organização Investir com Impacto (2022), as principais características que diferenciam o investimento em fundo de impacto são:

Uma abordagem inovadora para a concepção de lucro e propósito: O investimento de impacto é uma influência global de mudança radical que está redefinindo a abordagem global ao conceito de capital. Ele vai além do mero lucro, fornecendo um retorno socioambiental para cada investimento (Lucro + Propósito). Essa transformação é alcançada através da conexão direta entre o retorno financeiro e benefícios socioambientais mensuráveis, permitindo que os investidores avaliem não apenas os elementos tradicionais de risco e retorno, mas também o impacto positivo gerado.

A capacidade de crescimento em escala: O investimento de impacto possui um potencial escalável. Ao abordar problemas socioambientais enquanto gera lucro, atrai

recursos adicionais para os projetos de maior sucesso. Dessa forma, possibilita o crescimento e a ampliação do impacto positivo de soluções socioambientais relevantes e inovadoras.

O papel transformador central do investidor(a): O investimento de impacto proporciona aos investidores a chance de aplicar sua inteligência financeira para impulsionar empreendimento com propósito e contribuir para a solução de alguns dos maiores desafios da sociedade.

Os fundos que têm como atuação o investimento de impacto no Brasil estão listados no quadro.

Quadro 1. Fundos de investimento de impacto atuantes no Brasil.

Fundos de investimento de impacto atuantes no Brasil					
Fundo	Classe de ativo	Atuação	Fundos investidos	Setores de Interesse	Países/Regiões investidas
BTG Pactual	Fundo de Impacto Título de renda fixa.	Não atua exclusivamente com investimento de impacto	8	Finanças Educação Saúde Tecnologias Verdes	América Latina, América do Norte, Europa e Asia
Synthase Impact Ventures	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto		Finanças Educação Saúde Tecnologias Verdes	
Kaeté Investimentos	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto		Tecnologias Verdes	Região Norte
Vinci Partners	Fundo de Impacto Título de renda fixa.	Não atua exclusivamente com investimento de impacto		Finanças Educação Saúde	
KPTL Investimentos LTDA	Fundo de Impacto	Não atua exclusivamente com investimento de impacto		Smart Cities Educação Tecnologias Verdes Saúde Civic Tech	
X8 Investimentos	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com Investimento de impacto		Smart Cities Educação Tecnologias Verdes Saúde	
Rise Ventures	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente e com investimento de impacto	3	Civic Tech Educação Tecnologias Verdes	Rise Ventures
Trê Investindo com Causa	Plataforma de investimento Coletivo	Atua exclusivamente com investimento de impacto	3	Smart Cities Educação Tecnologias Verdes Finanças Saúde	
MOV Investimentos	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto	5	Smart Cities Educação Tecnologias Verdes	Região Norte, Nordeste e Sudeste

Fundos de investimento de impacto atuantes no Brasil					
Fundo	Classe de ativo	Atuação	Fundos investidos	Setores de Interesse	Países/Regiões investidas
Amazon Biodiversity FundBrazil	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto		Tecnologias Verdes	Região Norte
Positive Ventures	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto		Educação Finanças Saúde Tecnologias Verdes	
Yunus Negócios Sociais Brasil	Plataforma de investimento Coletivo Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto	52	Finanças Educação Saúde Tecnologias Verdes Smart Cities Civic Tech	
Sitawi	Plataforma de investimento Coletivo Título de Renda Fixa	Atua exclusivamente com investimento de impacto	54	Finanças Educação Saúde Tecnologias Verdes Smart Cities Civic Tech	
Grupo Gaia	Título de Renda Fixa	Atua exclusivamente e com investimento de impacto	13	Tecnologias Verdes	
Bemtevi Investimento Social Ltda	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto			
Din4mo	Plataforma de investimento Coletivo	Atua exclusivamente com investimento de impacto	7	Smart Cities Saúde Tecnologias Verdes	
Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto	95	Smart Cities Saúde Tecnologias Verdes Educação Finanças	Europa, Índia, América Latina e África
YA Ventures	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto			Região Norte e Nordeste

Fundos de investimento de impacto atuantes no Brasil					
Fundo	Classe de ativo	Atuação	Fundos investidos	Setores de Interesse	Países/Regiões investidas
Bemtevi Investimento Social Ltda	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto			
Din4mo	Plataforma de investimento Coletivo	Atua exclusivamente com investimento de impacto	7	Smart Cities Saúde Tecnologias Verdes	
Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto	95	Smart Cities Saúde Tecnologias Verdes Educação Finanças	Europa, Índia, América Latina e África
YA Ventures	Fundo de Impacto	Atua exclusivamente com investimento de impacto			Região Norte e Nordeste

Fonte: Elaborado pelo autor, através de pesquisa nos sites das organizações

Apesar do potencial de alavancagem do financiamento híbrido em projetos sustentáveis no Brasil, existem ainda vários obstáculos que precisam ser superados para que aconteça uma implementação efetiva. Desses, pode-se destacar: a falta de familiaridade sobre o financiamento híbrido, o que leva à falta de interesse e à relutância em investir nos projetos; a falta de padronização pode tornar mais difícil a comparação entre as diferentes opções de investimento; a complexidade regulatória pode dificultar a atração dos investidores e ainda aumentar o custo de captação de recursos; o risco de crédito, cuja falta de garantia junto às incertezas regulatórias acabam tornando o financiamento híbrido mais arriscado do que outras opções de investimento; e a falta de projetos qualificados, visto que a oferta limitada de projetos qualificados pode ser um dos motivos de impedimento do escalonamento do financiamento híbrido no Brasil.

Para que esses obstáculos sejam superados e se tenha um ambiente favorável para o financiamento híbrido no Brasil, seria de extrema importância que se tenha um incentivo que promova a colaboração entre os setores público e privado, também a

transparência e a confiança entre os diferentes atores, a inovação e a flexibilidade na parte de criação de soluções financeiras para que assim seja possível atender às necessidades específicas de projetos de impacto ambiental e social, além de criar uma padronização dos termos e estrutura de investimento e o desenvolvimento de projetos qualificados e principalmente transparentes.

Em suma, fundos de investimento são essenciais para o investimento de impacto e também para o mecanismo do financiamento híbrido. Porém, no Brasil, o grande fomentador é o BNDES, que no ano de 2022 lançou uma licitação para projetos voltados ao impacto socioambiental, pela qual foram escolhidos 11 projetos para serem pilotos do financiamento híbrido no país, apesar de todos os obstáculos que ainda precisam ser enfrentados.

4.1 O papel do BNDES no modelo de financiamento híbrido

No Brasil, foi criada, em 1952, uma instituição financeira pública com o intuito de fortalecer o desenvolvimento social e econômico por meio do financiamento de projetos em setores diversos: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Até hoje, é o principal instrumento de financiamento e um grande implementador de planos e políticas relacionadas ao meio ambiente. Como exemplos, o BNDES faz a administração do Fundo Amazônia, além de ser fundamental para a implementação e o desenvolvimento da indústria eólica no Brasil (BNDES, 2023).

Entre os anos 1952 e 1979, possui como elemento comum a eficácia do modelo econômico caracterizado por uma forte presença governamental; elevadas taxas de crescimento econômico; participação crescente do capital externo no financiamento dos investimentos; e a implementação de políticas que fossem racionalmente consistentes com as Políticas de desenvolvimento industrial (BARBOZA; FURTADO; GABRIELLI, 2019).

Nos anos 1990, marco na implementação do modelo neoliberal, o BNDES foi perdendo gradativamente a funcionalidade anterior e se afastando de um modelo operacional próximo de um IFD, concentrando seus esforços no programa de desestatização do Governo Federal. Entre 1990 e 1994, o BNDES experimentou uma notável diminuição em sua relevância, representando apenas 0,6% do PIB e 3,1% da

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Tal movimento foi revertido, a partir da segunda metade da década, quando os desembolsos do BNDES passaram a representar 8,2% da FBCF e 1,6% do PIB (BARBOZA; FURTADO; GABRIELLI, 2019).

Na década de 2000, o perfil do BNDES setorial manteve uma estabilidade se comparado aos dez anos anteriores. Houve crescimento importante de sua atuação, impulsionado por aportes de recursos do Tesouro Nacional. Com isso, a participação do BNDES atingiu seu patamar máximo histórico, representando 17,1% da FBCF e 3,5% do PIB. Entretanto, em razão das mudanças das forças políticas no Governo Federal, o BNDES voltou a níveis próximos aos que vigoraram na segunda metade da década de 1990, com uma participação de aproximadamente 1,6% do PIB (BARBOZA; FURTADO; GABRIELLI, 2019).

O site do Ministério Público Federal, afirma que as incursões realizadas pela Polícia Federal do Brasil (PF), a partir das investigações da Operação Lava Jato, colocaram em dúvida os projetos financiados pelo BNDES, embora nenhuma irregularidade tenha sido encontrada. Muitas das empresas beneficiadas com empréstimos do BNDES contavam com a classificação "investment grade", portanto, consideradas de baixo risco de crédito pelas principais agências de rating do mercado na época. No governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), o BNDES reforçou a oferta de financiamento do setor de agronegócio.

Em consonância com a administração federal, empossada em 2023, o BNDES vem direcionando esforços para os temas voltados às áreas de impacto social e ambiental, como a transição ecológica; a redução das desigualdades sociais; e o agronegócio sustentável e familiar. Esses temas vão ao encontro com os ODS trazidos pela Agenda 2030.

Especificamente em relação ao financiamento híbrido, em 2021, com uma iniciativa pioneira utilizando o financiamento híbrido no Brasil, o BNDES criou o Fundo Blended Finance. Seu objetivo é dotar o BNDES como o instrumental e fonte de recursos para o apoio a soluções de Blended Finance, visando o aprendizado institucional do Banco, desenvolvimento do mercado brasileiro e o fortalecimento do ecossistema. A criação do Fundo foi uma tentativa de estabelecer um lócus de

inovação, e previa que os recursos não reembolsáveis seriam aplicados em caráter piloto, inovador e experimental, na tentativa de desenvolver novos modelos e instrumentos financeiros, utilizando desenhos combinados ou híbridos (BNDES, 2022).

Em maio de 2022, pela primeira vez, o BNDES convocou a seleção pública de estruturas financeiras híbridas, no valor total de até 90 milhões de Reais. Esses recursos deverão ser utilizados como capital catalisador na estrutura proposta, com limite máximo de 30 milhões de reais por estruturador, de forma a garantir o acesso aos diversos agentes do mercado e evitar a concentração de capital. As propostas devem atender aos objetivos gerais da abordagem e estrutura acima mencionadas, e devem promover projetos que tenham um impacto socioambiental positivo.

No Edital, foi especificado que a proposta visa a atração de Capital Comercial (recursos financeiros aportados ou a serem aportados com a expectativa de obtenção de remuneração ajustada ao risco;) e Capital Concessional (recursos, financeiros ou não, aportados ou a serem aportados em investimento a título de doação ou sem a expectativa de obtenção de retorno financeiro e que são utilizados para catalisar o Capital Comercial), utilizando alavancagem mínima global na estrutura de financiamento híbrido, além de tentar promover um ecossistema de negócios de impacto socioambiental (BNDES, 2022).

Em live, realizada na plataforma youtube no dia 09 de maio de 2022, Bruno Aranha, presidente do BNDES, informou que a escolha da estrutura do financiamento híbrido já representou um grande desafio por si só, tanto pela quantidade de número de propostas de registro (cinquenta) quanto pela qualidade e diversidade dessas. A estrutura foi realizada em três etapas: as duas primeiras conduzidas pela equipe interna e, finalizando a proposta, a terceira foi conduzida por um comitê de seleção composto por especialistas internos e membros externos com função consultiva, dentre os quais estão o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e membros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O comitê criado acrescentou diferentes visões e expertises aprimorando assim o processo de seleção.

A seleção, contratação e designação das operações de apoio financeiro

correspondentes, juntamente à supervisão direta das entidades beneficiárias e dos projetos voltados para o fomento de impacto socioambiental positivo fica sob responsabilidade do conselho de supervisão. Isso inclui garantir a conformidade com regulamentações socioambientais, estando sob responsabilidade do beneficiado o cumprimento eficaz das ações e investimentos quando aplicáveis, a monitorização e avaliação de indicadores, bem como a gestão de todo o conjunto de Blended Finance, juntamente à prestação de contas ao BNDES quanto à apropriada utilização dos recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Blended Finance (BNDES,2022).

No final de novembro de 2022, o BNDES anunciou em seu website a lista final de onze propostas selecionadas (em ordem de classificação). As propostas selecionadas incluíam as seguintes áreas: 4 propostas em bioeconomia florestal, 4 em desenvolvimento urbano e 3 em economia circular (quadros. 2 a 4).

Quadro 2. Projetos BNDES — Bioeconomia Florestal

Projetos participantes do edital Blended Finance BNDES-Bioeconomia Florestal							
Fundo/Projeto	Fundação	Instituições apoiadoras	Instituições Parceiras	Impacto/Projetos	Sócios	Área de atuação	Site
Taboa Fortalecimento Comunitário	2014	Comunú CCA Ipirapitanga Humaniza Ministerio Publico do estado da Bahia Instituto ACP Arapyaú Global Fund for Community Foundations	Grupo Gaia Prefeitura de Uruçua Instituto Federal SEBRAE Rede de agroecologia povos da mata	100		Fortalecimento das atividades econômicas locais e o estímulo ao envolvimento ativo da comunidade.	https://taboa.org.br/
JGP Gestão de Crédito Ltda.	1998				53	Administração de fundos, com o objetivo de combinar retornos estáveis com um gerenciamento ativo de riscos, visando à preservação do capital investido. Desde 2020 com foco em ESG	https://www.jgp.com.br/
KPTL Investimentos Ltda.	2009				5	empreendedores na busca por crescimento sustentável.	https://kptl.com.br/
Natura Cosméticos S.A.; Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO	1969					empresa brasileira de cosméticos não apenas produz produtos de beleza de alta qualidade, mas também integra práticas sustentáveis em seu modelo de negócios.	https://www.natura.com.br/
	2016					Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial,	
	1996	Bahia Mineração Natura S.A Petrobras Vale S.A WWF Brasil BP Brasil Banco Mundial/GEF +	Governo Sociedade Civil Academis População indígenas e comunidades tradicionais.	411		Apoio a projetos de conservação da biodiversidade	https://www.funbio.org.br/

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3. Projetos BNDES — Desenvolvimento Urbano

Projetos participantes do edital Blended Finance BNDES- Desenvolvimento Urbano							
Fundo/Projeto	Fundação	Instituições apoiadoras	Instituições Parceiras	Impacto/Projeto	Sócios	Área de atuação	Site
Consórcio Associação BlendLab e Grupo Gaia	2020		Onu habitat Grupo Gaia	1	Dinamo Blendgrou p	dedicado a viabilizar projetos de habitação social por meio de arranjos de blended finance.	https://www.blendlab.co/
	2009			13	ONG	Mercado financeiro. Voltado para criar um mercado mais humano por meio do investimento de impacto	https://grupogaia.com.br/a-gaia/
Instituto Gerando Falcões	2020	Localiza Wise up EMS Istituto pennsula MRV XPinvestimentos Wework Oliveira's foundation +		5		potencializar a influência dos líderes nas comunidades de favelas no Brasil, com o objetivo de converter a pobreza nas favelas em um fenômeno do passado, digno de um museu.	https://gerandofalcoes.com/
Consórcio IRR Capital e Diada Projetos	2017					reestruturação e gestão de ativos imobiliários com problemas complexos.trabalha com grandes Bancos e fundos de investimento, buscando soluções criativas para rentabilizar e dar liquidez a ativos imobiliários estressados.	https://www.ircapital.com.br/
	2010					promover a transformação de espaços, edifícios e cidades, tanto por meio do desenvolvimento abrangente como por meio da consultoria em projetos e programas que impactam positivamente as cidades e a qualidade de vida das pessoas. Sempre adotamos uma abordagem estratégica e integradora para possibilitar a concretização de grandes realizações.	https://www.diadaprojetos.com/
Regularização Fundiária, Cavalcanti de Albuquerque e Chaves Ltda. e	2001	Move investimentos	Schwab Foundation For Social Entrepreneurship Rede Folha Ashoka	29		empresa social no Brasil especializada em mediação de conflitos humanos para a Regularização Fundiária de Interesse Social em áreas urbanas ocupadas irregularmente, garantindo que a propriedade cumpra a sua função social.	https://grupoterranova.com.br/
	2014				1	Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial	
	2008			Instituto Sabin Fundo Vale Humanize BNDES ANDE Famílio C +	1		Foco no investimento de impacto, conectando investidores e empreendedores com foco no impacto socioambiental positivo. Fazemos a Gestão de Filantropia e de Fundos Patrimoniais, além de desenvolver mecanismos financeiros para conservar a biodiversidade e enfrentar os desafios climáticos no país.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4. Projetos BNDES — Economia Circular

Projetos participantes do edital Blended Finance BNDES- Economia Circular							
Fundo/Projeto	Fundação	Instituições apoiadoras	Instituições Parceiras	Impacto/Projetos	Sócios	Área de atuação	Site
Artemisia Consultoria	2004	Potencia Ventures UMANE BNDES Mieta Gerdau Fundação Volksv Unimes Fundação CASAS BAHIA +		18		Apoio a negócios voltados à população em situação de vulnerabilidade econômica, que criam soluções para problemas socioambientais, provocam impacto social positivo por meio da sua atividade principal, são rentáveis e possuem potencial de escala.	https://artemisia.org.br/
Associação Tre Investindo com Causa e Quintessa Aceleradora de Negócios de Impacto Ltda.	2019	parsifal 21 Viva agua	Instituto de desenvolvimento e gestão Fundação GrupoBoticário Humanze	3		programas e soluções financeiras com a finalidade de direcionar o capital para causas sistêmicas, com o propósito de ampliar o impacto positivo resultante, ao mesmo tempo que fomentamos a conexão entre comunidades empresariais, empreendedores e investidores.	https://treinvestimentos.com.br/
	2009		Cidade de São Paulo SENAC Fundação Tide Setubal Instituto Hilda Gerdau Somos Um Unibes Cultural +	4		identificar os desafios e estabelecer as entregas prioritárias em um programa personalizado, feito sob medida e prático. Fornecemos apoio concreto em gestão, orientação, acesso à extensa rede de contatos da Quintessa e um programa de aprimoramento pessoal para empreendedores	https://www.quintessa.org.br/
FG/A Gestora de Recursos Ltda.	2005				20	explorar novas oportunidades em gestão e administração de recursos de terceiros.	https://fga.com.br/

Fonte: Elaborado pelo autor.

As propostas escolhidas foram realizadas majoritariamente por ONGs, Fundos de investimentos e coalizões entre os dois. Sendo algumas delas já atuantes com investimento de impacto e com a estrutura do financiamento híbrido, como é o caso do grupo Gaia.

Após firmado o contrato com os projetos, o efetivo funcionamento da estrutura de Blended Finance deverá ser iniciado em até 1 (um) ano, contado a partir da data de contratação junto ao BNDES e alinhado ao cronograma e etapas apresentadas na Proposta. Tal prazo poderá ser prorrogado por até mais 1 (um) ano, a exclusivo critério do BNDES (BNDES, 2022).

O contrato entre o beneficiado e o BNDES terá uma duração inicial de até 10 (dez) anos, podendo ser estendido por até 2 (dois) anos, mediante interesse mútuo do BNDES e do beneficiado. O período de 10 (dez) anos já leva em consideração o tempo necessário para a estruturação do veículo de investimento, a seleção, contratação, execução e manutenção dos projetos, bem como a prestação de contas por parte do Cliente (BNDES,2022).

Esse primeiro edital servirá como um aprendizado, uma vez que o BNDES visa a obtenção de conhecimento sobre os processos e resultados obtidos por meio desta Seleção Pública, com o propósito de melhorar a atuação do BNDES e, principalmente, fornecer evidências para a comunidade sobre os potenciais benefícios da colaboração entre diversos parceiros na criação de um veículo de Blended Finance.

5 CONCLUSÃO

Em conclusão, a importância dos bancos públicos e do financiamento híbrido para o desenvolvimento do Brasil é inegável e multifacetada. Os bancos públicos desempenham um papel vital ao atenderem setores-chave da economia, muitas vezes negligenciados pelo setor privado, como infraestrutura, educação, saúde e habitação. Além disso, eles atuam como motores de crescimento, impulsionando iniciativas que têm um impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos.

Por outro lado, o financiamento híbrido, que combina recursos públicos e privados, é uma estratégia necessária para enfrentar desafios financeiros complexos. Permite a execução de projetos de grande escala, atraindo investimentos privados significativos, enquanto mantém o controle público sobre iniciativas essenciais para o desenvolvimento sustentável. Esta abordagem não apenas diversifica as fontes de financiamento, mas também cria um ambiente propício ao crescimento econômico e à geração de empregos.

O Edital BNDES de Blended Finance 2022 é um exemplo concreto dessa abordagem inovadora. Ele representa um esforço para atrair investimentos privados para projetos de desenvolvimento no Brasil, ao mesmo tempo em que utiliza recursos públicos de forma estratégica para mitigar riscos e alavancar o progresso econômico e social. Essa iniciativa demonstra o compromisso do país em adotar soluções financeiras criativas para enfrentar desafios complexos.

No contexto específico do Brasil, um país vasto e diversificado, com necessidades variadas em diferentes regiões, os bancos públicos desempenham um papel crucial ao garantir que áreas remotas e desfavorecidas também se beneficiem do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o financiamento híbrido é vital para impulsionar a inovação, apoiar a transição para energias renováveis, promover a educação de qualidade e melhorar a infraestrutura, áreas que são fundamentais para o progresso sustentável do país.

Portanto, a colaboração estratégica entre bancos públicos e o setor privado, facilitada pelo financiamento híbrido, é essencial para promover um desenvolvimento sustentável no Brasil. Ao investir em projetos que beneficiam toda a sociedade e atraem investimentos privados, o país fica mais bem posicionado para enfrentar os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

ABDE. Plano ABDE 2030 apresenta ações estratégicas para que o Brasil possa atingir os ODS. **ABDE**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://abde.org.br/plano-abde-2030-apresenta-acoes-estrategicas-para-que-o-brasil-possa-atingir-os-ods/> Acesso em: 2 out. 2023.

ATTRIDGE, S.; ENGEN, L. Blended finance in the poorest countries: The need for a better approach. **Relatório ODI**. Londres: Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI). p.11, 2019. Disponível em: <https://cdn.odi.org/media/documents/12666.pdf> . Acesso em: 30 set. 2023

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2021). **Banco Interamericano de Desenvolvimento e BNDES lançam Fundo de Energias Renováveis no Brasil**. Recuperado em 13 de abril de 2023. Disponível em : <https://www.iadb.org/pt/noticias/banco-interamericano-de-desenvolvimento-e-bndes-lancam-fundo-de-energias-renovaveis-no-brasil>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2021). **Fundo de Energias Renováveis**. Recuperado em 13 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/funger>

BARBOZA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer?. **Revista de Economia Política**, v.39, n.3 (156), pp.544–560, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xtSQSmsrB5K5vsggcgR84LG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 out. 2023 DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2910>

BNDES. (2021). **Edital para seleção de fundos de investimento em participações para atuação em infraestrutura – BNDES FIP Infra 4**. Recuperado em 21 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/governanca-fundo/governanca-fip-infraestrutura/governanca-fip-infra-4/edital-selecao-fundos-investimento-participacoes-atuacao-infraestrutura-bndes-fip-infra-4>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: BNDES. Fundo Clima. **BNDES**, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima> Acesso em 20 out. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: BNDES.

Mapa Estratégico. **BNDES**, 18 set. 2023. Disponível: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/planejamento-estrategico/mapa-estrategico> Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: BNDES. Blended Finance. **BNDES**, 30 set. 2022. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/parcerias/blended-finance> . Acesso em 2 out. 2023.

CRONOLOGIA DA CRISE. **BBC News Brasil**, 02 set. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_aftershock_timeline_noflash. Acesso em 25 nov. 2023

INVESTIR COM IMPACTO. **Quem realiza Investimentos de Impacto no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://investircomimpacto.org.br/atores-e-oportunidades/> Acesso em: 11 out. 2023.

LOBO, A.; BRANCO, A. C. Public development banks and financiamento híbrido: the case of Brazil's BNDES. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v.11, n.3, pp.224-240. 2021.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. London: Portfolio-Penguin, 2014.

MENDONÇA, A. R. R.; DEOS, S. Beyond the market failure argument: Public banks as stability anchors. Chapters, *In.*: SCHERRER, C. (org.). **Public Banks in the Age of Financialization**. Cheltenham (UK): Edward Elgar Publishing. pp.13-28, 2017. Disponível em: https://ideas.repec.org/h/elg/eechap/17305_1.html Acesso em: 01 nov. 2023.

Nações Unidas. (2015). Financing for sustainable development: outcome document of the third international conference on financing for development, **Addis Ababa Action Agenda**. New York: United Nations.

OCDE. Development Co-operation Report 2018: Joining forces to leave no one behind. **OCDE iLibrary**. 11 dez. 2018. Acesso em : 22 de abril de 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/dcr-2018-en>.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2016). **Investir no Desenvolvimento**: Um Olhar para Além do Alcance do Financiamento Público. Paris: OCDE.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Financiamento híbrido: Strategic Co-Financing for Development**. Paris: OCDE. 2018.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2018). **Conceitos e definições de blended finance**. Fazendo o blended finance funcionar para a meta do desenvolvimento sustentável. Paris:OCDE.

PAMPLONA L. M. P.; MARCOLINO M.; SALARINI J.; LIMA, M. A. N. O papel do BNDES na ampliação do financiamento aos ODS: Lições do edital de Blended Finance. **Brazilian Review of Finance** (Online). Rio de Janeiro: V. 21, N. 1, pp. 125–140, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbfin/article/view/89029/83738>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Relatório do Grupo de Trabalho de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável, "**Mapeamento de Oportunidades de Financiamento híbrido no Brasil**", disponível em: https://www.pnud.org.br/ODS/Doc/Mapeamento_de_oportunidades_de_Blended_Finance_no_Brasil.pdf. Acesso em : 18 ago. 2023

Sistema B Brasil. Sistema B. **Sobre o movimento B**. 2011. Disponível em: <https://sistemabrasil.org/> Acesso em: 06 out. 2023

TORRES FILHO, E.T.; COSTA, F. N. BNDES e o financiamento do desenvolvimento.. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, **Economiae Sociedade**, v. 21, Número Especial, pp. 975-1009, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400011> Acesso em: 09 out. 2023. Epub 23 Jan 2013. ISSN 1982-3533. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400011>.

UNDP (2017). Financiamento híbrido in Brazil: Opportunities and Challenges. **United Nations Development Programme**. Recuperado em 13 de abril de 2023, de <https://www.undp.org/pt/brazil>

WESTIN, R. BNDES muda foco e financia mais o agro que a indústria; economistas e senadores criticam. **Senado**, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/06/bndes-muda-foco-e-financia-mais-o-agro-que-a-industria-economistas-e-senadores-criticam>. Acesso em: 10 out. 2023.